



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1838266 - RS (2019/0276647-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ  
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
RECORRIDO : VANESSA FONTOURA NUNES  
ADVOGADO : RENAN JUNG HENRIQUE - RS085794

### EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. TRÁFICO DE DROGAS (**107G DE MACONHA**). REVISTA ÍNTIMA. ABSOLVIÇÃO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ACÓRDÃO RECORRIDO. DUPLO FUNDAMENTO. CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO INTERPOSIÇÃO. SÚMULA N.º 126 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea a, da Constituição da República, manifestado contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa na Apelação Criminal n.º 70077926004 (0157812-71.2018.8.21.7000).

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau condenou a Recorrida às penas de 1 (um) ano, 11 (onze) meses e 10 (dez) dias reclusão, em regime aberto, substituída por restritivas de direitos, e pagamento de 194 (cento e noventa e quatro) dias-multa, como incursa no art. 33, § 4.º, c.c. o art. 40, inciso III, da Lei n.º 11.343/2006 (**107g – cento e sete gramas – de maconha**). Houve apelação somente defensiva, a que o Tribunal de origem deu provimento para absolver a Acusada, em acórdão assim ementado (fl. 252):

*"APELAÇÃO-CRIME. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. RECURSO DEFENSIVO. RECURSO MINISTERIAL. TENTATIVA DE INGRESSO EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL. REVISTA VEXATÓRIA.*

*Apreensão de 01 porção de maconha (107q) na vagina da ré, após procedimento de revista vexatória. Conduta que desrespeita a inviolabilidade da intimidade (art. 5º, X, CF), o princípio da dignidade humana (art. 1º, III, CF), além do o princípio de que a pena não deve ultrapassar a pessoa do condenado (art. 5º, XLV, CF). Prática vedada pelo artigo 2º da Resolução n.2 05/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Inexistência de demonstração de adoção de qualquer outro recurso menos invasivo. PLS n.º 480/2013 aprovado no Senado, ainda em trâmite na Câmara dos Deputados sob n.º 7.764/2014, e Lei Estadual n.º 15.552/2014, vigente no Estado de São Paulo. Lei Federal n.º 13.271/2016. Razões de veto que mencionam expressamente a vedação à revista íntima. Caso 10.506 na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.*

*Provas que foram obtidas por meio ilícito. Absolvição. Artigo 5º, incisos X e LVI, da Constituição Federal, e 157, do Código de Processo Penal.*

*Repercussão Geral nº 959.620.*

*RECURSO DEFENSIVO PROVIDO. ABSOLVIÇÃO.  
RECURSO MINISTERIAL PREJUDICADO."*

Os embargos de declaração do Ministério Público foram rejeitados (fls. 278-282).

Nas razões do recurso especial, o *Parquet* alega o Recorrente violação dos arts. 33, caput, e 40, inciso III, da Lei n.º 11.343/2006; e 157, caput; 244, 301, 303 e 386, inciso II, todos do Código de Processo Penal.

Sustenta ser lícita a prova obtida por meio da revista íntima, a qual teria permissão legal e "[f]oi motivada única e exclusivamente pela escolha espúria feita pela imputada, de levar a droga para o interior do presídio, não havendo como esperar-se das policiais militares, que perceberam atitude suspeita da ré (alarme disparou quando passou pelo detector de metais), a adoção de procedimento diverso, inclusive porque respaldada no dever legal de agir." (fl. 298)

Argumenta, ainda, que "[h]avendo fundadas suspeitas da ocorrência da prática ilícita, de maneira alguma, poderiam as agentes penitenciárias deixar de proceder à prisão da acusada, com a consequente apreensão da droga que ela estava a ocultar em seu corpo. Qualquer omissão neste sentido não produziria efeito apenas no plano da ética, podendo acarretar, inclusive, falta funcional." (fl. 305).

Pede o provimento do recurso especial, "[p]ara que seja afastada a nulidade declarada, prosseguindo a Câmara na análise do mérito do recurso defensivo." (fl. 306).

Oferecidas contrarrazões (fls. 330-333), admitiu-se o recurso na origem (fls. 335-344).

O Ministério Público Federal opina pelo provimento do recurso especial (fls. 357-363).

É o relatório. Decido.

Consta do voto que absolveu a Recorrida as seguintes fundamentações (fls. 260-261; grifos diversos do original):

*"Conforme a denúncia, Vanessa 'trazia consigo, para fins de traficância' porção de maconha (107 gramas).*

*A apreensão teria ocorrido, ainda segundo a denúncia, após a ré, que estaria ingressando no estabelecimento prisional para visitação, passar por um detector de metal, o qual teria sinalizado a existência de um objeto na altura do quadril da acusada. A ré teria sido levada para a sala de revistas, sendo 'procedida a revista íntima na denunciada, ocasião em que foi encontrada uma porção de maconha escondida em sua cavidade vaginal' (fl. 02v).*

*Aproveito a transcrição da prova oral colacionada aos autos (fls. 130v-131):*

*Em relação à autoria, a acusada Vanessa Fontoura Nunes afirmou que deveria entregar um pacote para Jardel, seu companheiro, porque ele estava correndo risco de vida. Referiu, ainda, que desconhecia o conteúdo de tal pacote.*

*A policial militar Luzia Bitencourt informou que estava na sala de revistas do Presídio Central e durante a verificação pelo detector de metais, o aparelho acusou a presença de algum objeto na cintura da acusada.*

*Noticiou que a denunciada admitiu o transporte dos entorpecentes e*

*retirou a quantidade de maconha que portava dentro de um invólucro de preservativo.*

*Asseverou que a ré colaborou com a ação policial e disse que Vanessa alegou ter sido coagida a transportar as drogas. Mencionou, por fim, que ela visitaria um companheiro.*

*O policial Vinicius Porto Fersula, por sua vez, limitou-se a efetuar a condução da ré e a afirmar que esse tipo de ocorrência não acontece de modo frequente.*

*Suely Bauermann Lima, Janaína Vieira da Silva e Silvana Fontoura, testemunhas arroladas pela defesa da acusada, confirmaram a versão apresentada por Vanessa, no sentido de que ela estava sendo coagida e também ameaçada (junto de Jardel, seu então companheiro) a realizar o transporte das substâncias entorpecentes.*

*Jardel Candido Lemos, companheiro de Vanessa à época dos fatos, alegou ter sido sequestrado no interior do Presídio Central em virtude de uma dívida que possuía e aduziu que Vanessa, como pagamento, deveria entregar um 'malote' de pen drive e de baterias.*

*Afirmou, por fim, que não sabia que a dívida seria quitada por meio do transporte de entorpecentes.*

*Assim, a prova dos autos é incontroversa no sentido de que houve a realização de revista vexatória em Vanessa.*

***Com efeito, em conjugação dos artigos 59, incisos X e LVI, da Constituição Federal e 157 do Código de Processo Penal, depreende-se que as provas materiais contidas nos autos foram obtidas por meio ilícito, pois com violação à norma constitucional, o que contamina todos os demais atos praticados e conduz, necessariamente, à absolvição da ré.***

*Tendo em vista o desfecho mais benéfico, julgo prejudicada a análise dos demais pleitos contidos no recurso defensivo.*

*Diante do exposto, dou provimento ao recurso defensivo e absolvo Vanessa Fontoura Nunes das sanções do artigo 33, caput, combinado com o artigo 40, inciso III, ambos da Lei 11.343/06, com fulcro no artigo 386, inciso II, do Código de Processo Penal. Recurso ministerial prejudicado."*

Como se vê, o acórdão impugnado tem dois fundamentos autônomos, cada qual suficiente, por si só, para dar suporte à absolvição da Recorrida, quais sejam, a ilicitude das provas obtidas por meio da revista íntima, – com infringência do art. 157 do Código de Processo Penal – e a violação dos princípios da inviolabilidade da intimidade e da dignidade humana.

No tocante aos fundamentos de natureza constitucional, não houve a interposição de recurso extraordinário, atraindo a incidência da Súmula n.º 126 do Superior Tribunal de Justiça:

Nesse sentido:

"[...]  
**ACÓRDÃO RECORRIDO ASSENTADO EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECLUSÃO. SÚMULA 126/STJ.**

1. É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário', *conforme orientação sedimentada pela Súmula n. 126/STJ.*

2. *Agravo regimental ao qual se nega provimento.*" (AgRg no REsp 1.831.237/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 30/09/2019.)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora